



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

Breves considerações sobre sociedade de classes e subdesenvolvimento em Florestan Fernandes

Carlos Henrique Lopes Rodrigues¹

Resumo: Este artigo discute os principais aspectos da análise de Florestan Fernandes presentes em sua obra “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”, especificamente a primeira parte: “O estudo sociológico do desenvolvimento econômico”. O objetivo é trazer para o debate qual a explicação do subdesenvolvimento econômico, por meio de uma análise sobre o capitalismo dependente e subdesenvolvido; a sociedade de classes e solidariedade de classes; e a relação entre o setor moderno e o setor arcaico. Serão feitas considerações sobre o aumento da dependência econômica brasileira, mesmo após o período da industrialização pesada, caracterizada pelo autor como a fase do capitalismo monopolista. Por fim, conclui-se que sociedades com essas características têm menos participação popular e democracia.

Palavras-chave: Sociedade de classes; Subdesenvolvimento; Dependência; Solidariedade de classe.

Brief considerations about class society and underdevelopment in Florestan Fernandes

Abstract: This article discusses the main aspects of Florestan Fernandes' analysis present in his work "Class Society and Underdevelopment", specifically the first part: "The sociological study of economic development". The objective is to bring to the debate what is the explanation of economic underdevelopment, through an analysis of dependent and underdeveloped capitalism; class society and class solidarity; and the relationship between the modern sector and the archaic sector. Considerations will be made about the increase of Brazilian economic dependence, even after the period of heavy industrialization, characterized by the author as the phase of monopolist capitalism. Finally, it is concluded that societies with these characteristics have less popular participation and democracy.

Keywords: Class society; Underdevelopment; Dependency; Class solidarity.

1. Introdução

Florestan Fernandes, na introdução de sua obra *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*², esclarece que seu método de análise não se restringe a identificar o capitalismo tão somente como uma realidade econômica, mas sim como “uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorrem

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br

² Nos deteremos mais na primeira parte do livro, intitulada: “O estudo sociológico do desenvolvimento econômico” que é um “Trabalho apresentado ao Segundo Colóquio Científico Ultramarino das Universidades e Escolas Superiores da Alemanha Ocidental, consagrado aos ‘Problemas das Sociedades em Desenvolvimento Industrial’ (6 a 21 de novembro de 1967)” (FERNANDES, 1972, p. 9).

vários fatores extra econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia)” (FERNANDES, 1972, p. 9), isto quer dizer que o autor não se enveredará, em sua análise sobre o “mundo subdesenvolvido”, para um método reducionista e/ou economicista e nem mesmo em uma visão que despreza a particularidade brasileira, por meio de “modelos” que serviriam a todos os países que foram colônias de exploração³.

Fernandes (1972) parte de uma perspectiva macrosociológica sobre o desenvolvimento, que significa uma análise interdisciplinar do processo histórico que afeta todas as dimensões da sociedade. Ele procura entender a relação entre regime de classes e organização capitalista, ou seja, relação entre classe social e padrão de desenvolvimento.

O autor identifica que a análise sobre a sociedade subdesenvolvida brasileira não pode desprezar seu ponto de partida para a história moderna, ou seja, “como parte da expansão do mundo ocidental e do papel que nela tomaram os portugueses” (FERNANDES, 1972, p. 9), o que implica dois desdobramentos: o primeiro foi a transição na Europa do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista e, o segundo, a contradição que redundava em uma situação na qual as formas sociais que estavam emergindo alhures não podiam ser introduzidas na colônia pelos portugueses, nesse sentido, promoveu-se aqui formas estamentais de relações sociais, “graças a simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial”⁴ (FERNANDES, 1972, p. 10).

Fernandes (1972) mostra também que no processo de formação de um Estado nacional no país não ocorreram mudanças significativas tanto na organização da sociedade, quanto na organização da economia, uma vez que não houve uma crise que forcejasse a substituição do mandonismo dos senhores rurais. Na verdade, esses teriam

³ “[...] apoiando-se nos rebentos de uma mesma civilização, transplantada ao longo de um amplo e contínuo processo de migrações sucessivas ou por meio da difusão cultural, os homens construíram essa civilização e, por isso, escreveram através dela uma história econômica, social e cultural particularíssima, que nos dá a justa medida do que pode e do que deve ser a dita civilização a partir de uma condição colonial permanente, embora instável e mutável” (FERNANDES, 1972, p. 14).

⁴ Para Prado Jr. (2006, n.p.), “Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo ‘plantação’ (a *plantation* dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde [...] por trabalhadores assalariados”.

transitado para uma aristocracia agrária e mantido seus privilégios. Nesse aspecto, ocorreu a transição do colonialismo português para o neocolonialismo inglês, dado que a Inglaterra havia se transformado na grande potência colonial, ou seja,

os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos; passaram da antiga Metrópole lusitana para o principal centro de poder do imperialismo econômico nascente (FERNANDES, 1972, p. 10)

Contudo, reconhece o autor que do ponto de vista político, diferentemente do econômico, a independência do país significou uma revolução, uma vez que possibilitou o controle interno sobre o excedente econômico⁵. Nas palavras de Fernandes (1972, p. 10):

Em um nível, como revolução política, ele culminou na eliminação das formas preexistentes de expropriação colonial, de fundamento “legal”, na reorganização do fluxo interno do excedente econômico, o qual deixou de ser estritamente regulado a partir de fora; e na transferência do poder político institucionalizado para as elites nativas (ou seja, as elites dos estamentos senhoriais). No nível econômico, ele não teve o mesmo sentido revolucionário. As estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas, como condição mesma, seja para o controle do poder pelas elites senhoriais nativas, seja por causa das necessidades do mercado mundial, em relação ao qual a economia tropical preenche uma função especializada, de natureza heteronômica.

Fernandes (1972), fazendo uma análise do todo e das partes, procura entender as mudanças que houve no contexto mundial e como isso se reverbera internamente, em função dos interesses da *sociedade de classes*, identifica o autor três mudanças significativas: i) as conexões com o antigo sistema colonial; ii) o neocolonialismo criado

⁵ “Todavia, alteração dos laços de dependência colonial e a substituição do pólo hegemônico dos mesmos produziram efeitos imediatos e remotos de profundo alcance. Desde que desapareceria a forma legal de expropriação colonial, os negócios de exportação e de importação tinham de ser organizados segundo critérios econômicos vigentes no mercado mundial e a partir de dentro. Esse fenômeno se precipita anteriormente, com a transferência da Corte portuguesa, a abertura dos portos e a subsequente elevação do Brasil a reino (acontecimentos ocorridos entre 1808 e 1815). Mas ele sempre seria neutralizado, enquanto operasse a ‘dominação portuguesa’. Só a emancipação política e a criação de um Estado nacional independente (datas de referência: de 7/9/1822 a 12/8/1834) fariam com que o fenômeno adquirisse plena vitalidade. O controle colonial e puramente econômico tinha de basear-se na existência, no funcionamento regular e no crescimento progressivo de instituições econômicas novas. Por essa razão a Independência, malgrado seu significado ambíguo no plano econômico, inaugura a Idade Moderna no Brasil. Sem qualquer maturação interna prévia, as instituições econômicas inerentes ao capitalismo comercial são absorvidas *ex abrupto*, de modo desordenado, mas sob condições de relativo otimismo e certa intensidade, constituindo-se assim um setor econômico novo e moderno, montado e dirigido, diretamente ou à distância, por interesses e organizações estrangeiras [...]. A partir da ruptura com o antigo sistema colonial, o País poderia firma-se e evoluir sobre os seus próprios pés”. (FERNANDES, 1972, p. 11).

pelo imperialismo; e iii) os vínculos ao capitalismo monopolista, ou seja, Fernandes (1972) analisa o processo histórico, econômico e social, marcados por essas relações do grande capital com os países subdesenvolvidos e como estes reagem a esses vínculos, isto é, se as relações de dependência se fortalecem ou enfraquecem em cada um desses momentos. Contudo, para o autor,

a posição heteronômica da economia do País, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo de dependência, a polarização da hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante (FERNANDES, 1972, p. 14).

Vamos então, nesse artigo, resgatar a análise de Fernandes sobre esses processos e como ele chega à conclusão de que não caminhamos para um capitalismo autônomo, ou autodeterminado, mas sim para a intensificação da dependência, mantendo o subdesenvolvimento e a segregação social. Ou seja, caracterizar-se-á uma sociedade com menos participação popular e democracia, o que dificulta a organização da classe trabalhadora por meio dos movimentos sociais.

Este trabalho está dividido, além dessa introdução e uma breve conclusão, em: capitalismo dependente e subdesenvolvimento; sociedade de classes e solidariedade de classes; e por fim, relação entre o setor moderno e o setor arcaico. Tópicos estes que constituem a explicação do subdesenvolvimento econômico.

2. Explicação do Subdesenvolvimento Econômico

2.1. Capitalismo Dependente e Subdesenvolvimento

O capitalismo dependente, assim como o capitalismo avançado, está em diferentes estágios de gradações. No caso do capitalismo dependente brasileiro é possível identificar formas bastante arcaicas, assim como formas muito avançadas de produção.

Uma característica central do capitalismo dependente é o fato de a maior parte de suas receitas originarem-se da exportação de produtos primários e de manter estruturas arcaicas de produção. À primeira vista, pode parecer uma fragilidade da classe dominante – em relação à classe dominante externa, com certeza –, mas no que se refere à classe trabalhadora essa aparente fraqueza é desmistificada, uma vez que nela é jogado todo o peso de eventuais problemas de demanda externa e mudanças nos preços de suas mercadorias exportadas. De acordo com Fernandes (1972, p. 51-52),

as técnicas de produção anacrônicas e a conglomeração de formas produtivas heterogêneas representam, em si mesmas, um meio de defesa do “produtor” (ou seja, do agente econômico que detém a propriedade das unidades produtivas e dos bens exportados). Conforme as condições, a combinação de modalidades de economia de subsistência com a produção para exportar pode constituir um mecanismo de transferência de pressões para os ombros do trabalhador. Nesse esquema, o proprietário-exportador consegue enfrentar fortes processos de descapitalização da “empresa”, do setor e até longas depressões da economia interna, em relativa segurança e com riscos limitados [...]. A articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônica entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – por bases anticapitalistas, semi-capitalistas ou capitalistas.

Nesses termos, no capitalismo subdesenvolvido a existência de formas arcaicas de produção é importante para seu equilíbrio e sua manutenção, caso contrário, os momentos de crise do ciclo econômico poderiam levar a retrocessos econômicos significativos e definitivos, em contrapartida, períodos de prosperidade e expressivo crescimento econômico não significam caminhar para um capitalismo menos dependente⁶.

Apesar da industrialização pesada⁷ e do significativo crescimento econômico brasileiro, sobretudo durante o período denominado de “milagre econômico”, entre os anos 1968 e 1973, cuja economia cresceu a taxas superiores a 11% ao ano, essa situação não provocou significativa destruição das formas arcaicas de produção⁸, muito menos amenizou a dependência econômica do país ou fê-lo deixar de ser subdesenvolvido. Para Fernandes (1972, p. 54),

⁶ “Como a articulação se dá ao nível dos interesses estritamente lucrativos do capital, no qual a ação econômica adquire significado e funções capitalistas, independentemente das formas de organização das relações de produção, tanto o setor arcaico mantém, cronicamente, sua dependência diante do capital externo quanto o setor moderno surge em um clima de associação indireta com esse capital (mediante suas articulações com o setor arcaico) e cresce configurando-se como este último (pela presença maciça ou pela associação crônica com o capital externo)” (FERNANDES, 1972, p. 53).

⁷ Esse tipo de industrialização pesada não tirava o país da posição de retardatário, de um complemento periférico e apêndice dos centros. A determinação dos empreendimentos imperialistas representava “uma deformação e amesquinamento” do que deveria ser o processo de industrialização brasileira, além de caracterizar um reforço do sistema colonial, “o principal responsável pelas nossas deficiências, limitando o desenvolvimento aos acanhados horizontes daquele sistema” (PRADO JR., 2006, p. 330).

⁸ “A articulação de estruturas arcaicas e modernas é um requisito do capitalismo dependente e este só poderá modificá-la, mantendo-se como tal, de maneira muito lenta e jamais completamente. Mesmo o novo tipo de relação heteronômica, nascido com as influências do capitalismo monopolista, que acelera a absorção das estruturas arcaicas pela industrialização e expansão do consumo de massas não permite remover todas as fontes de desequilíbrio e de tensão, ao nível estrutural (o que exigiria um sistema econômico capitalista autossuficiente e autônomo)” (FERNANDES, 1972, p. 65-66).

A industrialização não alterou profundamente esse quadro, embora tenha modificado o modo pelo qual ele se atualiza no presente. A forte concentração do crescimento econômico, provocado pela industrialização, acarretou a intensificação da transferência de renda e de controles econômicos do setor arcaico para o setor moderno, localizado no meio urbano. Nesse sentido, a região beneficiada pelo processo (o eixo econômico Rio de Janeiro - São Paulo) passou a exercer algumas das funções econômicas anteriormente saturadas por centros hegemônicos do exterior. Todavia, no momento em que a industrialização alcançou o patamar do capitalismo industrial, o ciclo industrial acabou se enquadrando no padrão de crescimento articulado de uma economia capitalista dependente⁹.

Fernandes (1972), em sua análise, não considerara o desenvolvimento do setor moderno como responsável pela promoção do Brasil a uma situação próxima ou caminhando para um capitalismo avançado e autônomo¹⁰, uma vez que em seu método de análise ele apreende que as mudanças na economia subdesenvolvida se dão, em grande medida, devido às alterações no mercado mundial e de novas formas ou não de captação do excedente econômico dessas economias subdesenvolvidas, por parte dos países desenvolvidos, por isso ele chama a economia brasileira de “satélite”¹¹. As grandes

⁹ “Por conseguinte, em vez de concorrer para o aparecimento de uma economia capitalista autossuficiente, essa ordem econômica induz a monopolização do crescimento pelo setor moderno e aumenta constantemente a distância existente entre ele e o setor arcaico. Assim, ela organiza a transferência do excedente econômico deste setor para a esfera urbana da economia, como um meio para promover o financiamento da industrialização e expandir as tendências de consumo em massa, que infundem ao setor moderno as aparências do ‘capitalismo avançado’” (FERNANDES, 1972, p. 57).

¹⁰ “Uma sociedade subdesenvolvida, que se encontre no estágio do capitalismo dependente, não só possui uma economia de mercado capitalista, no sentido moderno. A sua própria ordem econômica é uma ordem capitalista. Sob esse aspecto, ela reproduz várias condições essenciais para a existência, o funcionamento e o crescimento do regime social de produção capitalista. Talvez por causa disso, alguns autores se viram tentados a focalizá-la como se ela constituísse uma réplica em miniatura do modelo original e se estivesse, assim, num estágio inevitável, mas transitório, da evolução normal do capitalismo. Contudo, essa visão falseia a realidade em um ponto fundamental. Na medida em que a estrutura e o destino histórico de sociedades desse tipo se vinculam a um capitalismo dependente, elas encarnam uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada. Em outras palavras, a semelhança com o modelo original começa e termina naquilo que se poderia designar como a organização formal do sistema econômico. Nos planos da estrutura, funcionamento e diferenciação do sistema econômico, a dupla polarização no mercado suscita uma realidade histórica nova e inconfundível. Trata-se de uma economia de mercado capitalista para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 1972, p. 24).

¹¹ “O desenvolvimento do capitalismo avançado impõe contínuos reajustamentos no mercado mundial, dos quais resultam a transformação e a reorientação das técnicas capitalistas de controle à distância das economias nacionais dependentes. Essas alterações convergem todas para um mesmo ponto: converter os dinamismos de crescimento da economia capitalista satélite em fonte de transferência para fora de

empresas transnacionais disputam entre si as oportunidades de investimentos lucrativos nos países subdesenvolvidos e essa disputa pode redundar, de acordo com as possibilidades de ganhos¹² e as exigências do mercado mundial, no desenvolvimento de setores modernos nesses países, mas isso não significa que estejam caminhando para se transformarem em países desenvolvidos. Nas palavras de Fernandes (1972, p. 55-56),

As grandes firmas e organizações das economias nacionais avançadas disputam entre si as oportunidades de alocação econômica no *mundo subdesenvolvido*, intensificando a redução das economias nacionais dependentes, dotadas de melhores perspectivas de autonomização em bases capitalistas, em verdadeiras economias de consumo. Isso põe fim ao mito¹³ segundo o qual a autonomização do desenvolvimento econômico capitalista seja uma função da capacidade revelada pelas economias capitalistas dependentes de absorver os modelos econômicos das nações hegemônicas.

2.2. Sociedade de Classes e Solidariedade de Classe

Fernandes (1972) fará uma distinção na sociedade de classes entre os “possuidores de bens” e os “não possuidores”, sendo que os primeiros estão, em sua totalidade, incluídos no sistema econômico, “independentemente do modo pelo qual valorizam tais bens através das relações de produção e do mercado” (FERNANDES, 1972, p. 57). Já, os segundos, podem ou não estar inclusos no sistema econômico, o que vai definir é o seu trabalho ser valorizado no mercado, ou seja, conseguir vender sua mercadoria força de trabalho¹⁴, por meio de relações capitalistas institucionalizadas.

Se a posição ocupada nas relações de produção corresponde uma valorização

seu próprio excedente econômico. Assim, à medida que o crescimento dessas economias se encaminha no sentido da autonomização, os mecanismos de controle são reorganizados em torno da produção e do consumo internos” (FERNANDES, 1972, p. 55).

¹² Sobre os lucros das filiais das multinacionais instaladas em países como o Brasil, superiores aos de suas matrizes, ver Rodrigues (2023), especialmente o cap. 1: “Imperialismo, Estado e Industrialização (1956-1973)”.

¹³ Em consonância com Fernandes, Furtado assevera (1974, p. 75-76): “Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico - a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos - é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias periféricas nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-os a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento”.

¹⁴ Para informações sobre o surgimento da mercadoria força de trabalho, ver Marx (2013), especificamente o capítulo 24, “A Assim Chamada Acumulação Primitiva de Capital”.

no mercado, o trabalho conta como mercadoria e como fonte de classificação na ordem econômica. Dessa perspectiva global, os “não-possuidores de bens” dividem-se em duas categorias: os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico (persistente em maior escala no campo e, com intensidade menor, também nas cidades); os que se assalariam de uma ou outra maneira, e os que estão em via de proletarização ou se proletarizaram. A primeira categoria não constitui um “exército industrial de reserva”¹⁵, embora, como é normal, nas fases de constituição e expansão de uma economia capitalista, nela se recrutam grandes massas de candidatos à proletarização (e, portanto, os elementos humanos que podem engrossar, variavelmente a população industrial excedente). Ela forma antes, o que se poderia chamar como os *condenados do sistema*, o setor humano marginal de sua ordem econômica (FERNANDES, 1972, p. 58).

No caso do Brasil, os “possuidores de bens”, se identificam em seus interesses de classe e se fortalecem por meio da solidariedade de classe, principalmente para manter sua posição na sociedade e seu fausto¹⁶. Diferentemente, os “não possuidores”, que não estão inclusos no sistema econômico, são uma classe muito heterogênea, que não tem identidade de classe e conseqüentemente, solidariedade de classe. Já as classes médias, apesar de “não possuidoras”, estão inseridas no sistema econômico e ancoradas nos interesses do capital, seja ele nacional ou estrangeiro, “ao mesmo tempo que apregoam a intensificação da ultra modernização, na qual poderá estar o elemento específico de seus interesses e atuação de classe, convertem-se nos puritanos do capitalismo dependente” (FERNANDES, 1972, p. 63). Nesses termos, as classes médias, apesar de “não possuidoras”, defendem fortemente esse capitalismo subdesenvolvido, uma vez que se inserem nele através de sua valorização no mercado de trabalho¹⁷.

Para os “não possuidores”, excluídos do sistema, o desiderato passa a ser o acesso ao trabalho por meio do assalariamento para ter os “privilégios da proletarização”. Essa situação promove uma migração para as cidades gerando um risco de violência, que pode

¹⁵ Fernandes (1972) ressalta que o fato dessa categoria não se constituir enquanto “exército industrial de reserva” não está relacionado à identificação de Marx, de que nas fases iniciais do modo de produção capitalista não há esse “exército” porque surgem muitas oportunidades de emprego e que esse “exército industrial de reserva” constituir-se-á posteriormente. Para mais informações ver Marx (2013), especificamente o capítulo 23: “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”.

¹⁶ “O que importa, aqui, é que a percepção da realidade e as conseqüentes formas de atuação de classe impelem as classes sociais altas a condicionarem o seu destino social à ordem econômica inerente ao capitalismo dependente, negando-se como classe dominante ao escamotear a realidade, sublinhando-a através de símbolos destituídos de eficácia para a sua existência e para a sua autonomia como classe” (FERNANDES, 1972, p. 62).

¹⁷ Lênin chamava a atenção para a formação de uma “aristocracia operária” que parecia defender mais os interesses da classe burguesa aos seus interesses de classe. Para mais informações ver Lênin (1985), p. 105 e segs.

ensionar para mudanças, mesmo porque os que fazem parte desse grupo são um número expressivo. Para amenizar esse risco, a busca de crescimento econômico que gera um maior número de empregos nas cidades é uma necessidade, mesmo sendo esses postos de trabalho precarizados e com um nível salarial muito baixo - devido à superexploração do trabalho -, pois ele simboliza uma ascensão social e a valorização da mercadoria força de trabalho no mercado. Busca-se, desta maneira, acelerar o crescimento econômico, justamente para inibir e conter possíveis focos de mudanças “fora da ordem”¹⁸, ou seja, se tenta uma solução “dentro da ordem” estabelecida, que não promove alterações significativas e não resolve o problema do subdesenvolvimento e da dependência econômica¹⁹. Por isso, asseverou Fernandes (2005, p. 402), que o “[...] *desenvolvimento extremista*, [é] a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia”.

Reconhece o autor que o regime de classes tem papel fundamental no sentido de tensionar para uma melhor distribuição de renda e para pôr fim às formas de relações características de sociedades estamentais, anteriores ao capitalismo. Nesse sentido, “o regime de classes preenche funções positivas, relacionadas com a constituição de uma economia fundada na apropriação privada dos meios de produção, na mercantilização do trabalho e na organização capitalista das relações de produção e do mercado” (FERNANDES, 1972, p. 67). Apesar de não acabar com as classes sociais, esse regime de classes permite uma maior homogeneização e a constituição de fundamentos econômicos na estratificação social, além da possibilidade de valorizar no mercado a

¹⁸ De acordo com Netto (1987, p. 299), “o grau de subalternidade das burguesias periféricas, determinado pela sua associação dependente ao imperialismo retirando-lhe quaisquer veleidades ‘heróicas’ e inviabilizando, nos seus espaços nacionais, os processos de revoluções democráticas de corte ‘clássico’ - esta particularidade, que barbariza a emergência e a consolidação da dominação burguesa no capitalismo dependente, responde pelo fato de a revolução proletária configurar-se como resolução da revolução ‘dentro da ordem’ na revolução ‘contra a ordem’. É a natureza da (contra) revolução burguesa que impõe à revolução proletária um andamento em que ela deve solucionar as tarefas que lhe são inerentes e aquelas que, na órbita da dependência, não podem ser equacionadas pelas burguesias (aliás, mais nativas que nacionais)”.

¹⁹ “Uma interferência drástica na continuidade do crescimento econômico, que ameaçasse ainda mais os limites dentro dos quais a classe baixa urbana participa das vantagens do crescimento econômico sobre o seu padrão atual, é suscetível de projetar o elemento de tensão existente em contextos históricos-sociais nos quais ele poderá torna-se explosivo. Nesse caso, a propensão a fazer a ‘revolução dentro da ordem’, pelo desenvolvimento, seria facilmente substituída por outros tipos de comportamento inconformistas e por soluções verdadeiramente revolucionárias. Desse ângulo, fica bem claro, em termos estruturais, que o *desenvolvimento econômico*, como ‘revolução social’, constitui uma fórmula conservadora e que, se ela falhar, não existirá alternativa para o capitalismo” (FERNANDES, 1972, p. 64).

posse de bens e trabalho. Nessas sociedades há uma homogeneidade estrutural e uma integração social que desembocam em um capitalismo com democracia.

Diferentemente, no capitalismo subdesenvolvido e dependente, onde se caracterizam formas de organizações capitalistas com o intento de destinar boa parte do excedente econômico às economias capitalistas mais avançadas, independentemente das fases históricas: colonial, neocolonial, imperialista ou monopolista²⁰; essa situação não se evidencia.

Isto quer dizer que nessa sociedade o regime de classes serve principalmente para aumentar os privilégios daqueles que detêm mais renda e poder, em detrimento dos “não possuidores”, que estão excluídos do sistema, vivem todas as mazelas do capitalismo dependente e ainda são marginalizados de seus benefícios, redundando em mais desigualdades sociais, menos democracia e participação popular nos destinos do país. Nessas sociedades dependentes, o regime de classes tem como características, nas palavras de Fernandes (1972, p. 68-69),

aproveitar as oportunidades existentes e até as inexistentes ou impossíveis... Parece inútil ressaltar o que significa semelhante estado de coisas. Pessoas e grupos de pessoas, em posições estratégicas, adquirem probabilidades únicas de concentrarem ainda mais em suas mãos uma renda, um prestígio social e um poder já extremamente concentrados. O regime de classes vincula-se, portanto, a um aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas, preservando distâncias e barreiras sociais antigas, nas relações entre estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente outras novas. Como as demais funções do regime de classes (no plano cultural, político e social) se atrofiam ou se manifestam com menor vigor relativo, a formação societária resultante contrai o espectro estrutural e as contradições irredutíveis, típicos do capitalismo dependente. As classes altas passam a resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, como conexão histórico-social do capitalismo dependente, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida²¹.

²⁰ Para uma análise sobre as formas de dominação discutidas por Fernandes, ver Rodrigues (2023), p. 15-23.

²¹ “Numa economia capitalista dependente, ‘a racionalidade possível’ flutua de uma esfera para outra, mesmo no que concerne a interesses univocamente econômicos de agentes econômicos privilegiados. Poder-se-ia compreender facilmente esta afirmação por meio de um paralelo simples. Se um fazendeiro ou empresário industrial brasileiro aguardassem o aparecimento de ‘condições mínimas de racionalidade’, muito dificilmente desempenhariam seus papéis econômicos. Se pretendessem, nas

2. 3. Relação entre o Setor Moderno e o Setor Arcaico

Analisaremos agora como o setor moderno e o setor arcaico se articulam dentro da totalidade do capitalismo dependente e como e quando cada um deles atua nessa sociedade, se beneficiando ou encontrando problemas para a realização de seus capitais.

Para a grande empresa, ligada ao setor moderno, o “mínimo de racionalidade” é garantido pelo Estado, institucionalmente, apesar disso, caracterizam-se imprevisões e improvisações em uma magnitude muito acentuada, em relação à sua atuação nos países desenvolvidos. Nesse sentido, as possibilidades de instabilidades aumentam, mesmo porque nos países subdesenvolvidos qualquer variação no mercado internacional repercute direta e intensamente nesses países. Por exemplo, uma diminuição dos preços das mercadorias exportadas, devido a crises ou guerras, pode desembocar em mudança cambial, alteração de tarifas e reverberar para uma alteração do controle externo e gerar possibilidades momentâneas de crescimento de setores econômicos internos.

Nesse contexto, os setores arcaicos tendem a ganhar mais força e funcionam como um colchão amortecedor para as burguesias nativas, nesse momento de descontrole dos núcleos externos em relação aos países subdesenvolvidos, “assim, os agentes econômicos que operam através de estruturas arcaicas estão mais protegidos na parte de suas ações econômicas que se desenrolam no *background* extra capitalista, que naqueles que se inserem no setor moderno” (FERNANDES, 1972, p. 75).

Contudo, apesar do “circuito de indeterminação”²², sob o capitalismo dependente,

condições com que contam e em que agem, observar rigorosamente as regras do jogo numa economia avançada, de antemão se condenariam ao fracasso. O número de fatores que, por uma razão ou por outra, escapam a qualquer espécie de previsão e de controle racional é tão grande que ‘negócio’ e ‘aventura especulativa’ andam sempre mais ou menos juntos, mesmo quando e onde existam uma contabilização e alguma previsão das relações com o mercado ou da evolução do empreendimento” (FERNANDES, 1972, p. 72).

²² “O cálculo econômico capitalista, sob o capitalismo dependente, aplica-se absorventemente na superação do circuito de indeterminação imanente à objetivação histórica desse capitalismo. Onde os seus fatores e efeitos são postos sob controle, os processos econômicos revelam uma racionalidade capitalista típica. Portanto, são os agentes econômicos que criam essa racionalidade, onde ela se manifesta. O preço desse resultado marcante é a devastação de recursos intelectuais em elementos marginais ou aleatórios dos processos econômicos e a dispersão de objetivos centrais das atividades econômicas, o que faz com que os alvos econômicos essenciais só ocasionalmente sejam perseguidos” (FERNANDES, 1972, p. 75).

poucos são os agentes econômicos que dispõem de condições para neutralizar ou superar o circuito de indeterminação, enraizado no próprio coração da economia capitalista subdesenvolvida. A rigor, apenas as grandes empresas estrangeiras, os empreendimentos estatais de maior envergadura e algumas grandes empresas de capitais mistos ou nacionais conseguem enfrentar os desgastes apontados sem debilitação de sua potência econômica (FERNANDES, 1972, p. 75-76)

Então, para amenizar esse “circuito de indeterminação”, esses agentes econômicos introduzem duas novas variáveis em seus cálculos capitalistas:

1.º) o sujeito projeta as consequências puramente econômicas de sua ação em um raio tão curto e fechado quanto for possível; 2.º) a transferência sistemática dos “riscos do negócio” para outros fatores (de preferência: o agente de trabalho e o consumidor; adicionalmente, o fornecedor ou os mecanismos de crédito; num sentido mais amplo e complexo, para a coletividade. Portanto, o “cálculo capitalista” sofre uma transformação estrutural, que converte o imediatismo e a especulação imoderada em componentes essenciais do êxito econômico. O “espírito lucrativo” sofre reelaboração, que leva o sujeito a procurar nos fatores controláveis das relações de produção ou de mercado, que ele pode submeter a formas marginais de exploração, a fonte de um incremento adicional do excedente econômico. Esse excedente adicional volatiliza-se no conjunto do processo, não entra como tal na contabilização, mas constitui a base de segurança e da continuidade dos “negócios”. De um ponto de vista ortodoxo, estaríamos diante de um verdadeiro “espírito extorsivo” (FERNANDES, 1972, p. 76)

Desta forma, essas burguesias que em um país de capitalismo autônomo promoveriam a expansão das forças produtivas, uma homogeneização dessa sociedade e a organização do mundo dos negócios, passam a atuar no sentido de garantir seus interesses de qualquer maneira e com isso a promoverem de maneira mais acentuada o “egoísmo de classe”²³.

²³ “A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas, incidentalmente transcende esse plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processos econômicos. Na verdade, seus interesses univocamente econômicos definem-se segundo esquemas tão emaranhados, instáveis e incertos que o chamado ‘egoísmo de classe’ se alimenta de puras contingências econômicas e só se transfigura em *política* sob a pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito. Assim a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos. Desse ângulo, percebe-se quais são e como operam os ‘interesses econômicos univocamente capitalistas’ que conduzem a burguesia das sociedades subdesenvolvidas a forjar e a reforçar, continuamente, as bases econômicas da persistência, crescimento e fortalecimento do capitalismo dependente” (FERNANDES, 1972, p. 78).

Destarte, a situação das economias subdesenvolvidas é duplamente prejudicada, de um lado, têm-se burguesias que não perspectivam um capitalismo autônomo ou autossuficiente e nem em momentos de crescimento econômico diminuem sua dependência ante o grande capital internacional, relacionando-se com este enquanto uma associação econômica dependente; e, de outro lado, sofrem com a forma de atuação das burguesias internacionais que veem essas economias dependentes como puro espaço de reprodução ampliada do capital, sem qualquer vínculo com o desenvolvimento dessas regiões. De acordo com Fernandes (1972, p. 87),

Na América Latina, ao que parece, as burguesias perderam a oportunidade histórica de se tornarem agentes da transformação concomitante das formas econômicas sociais e políticas inerentes ao capitalismo. Por isso, o avanço nessa direção tende a fazer-se, ainda em nossos dias, como processo de modernização, sob o impacto da incorporação dos sistemas de produção e dos mercados latino-americanos às grandes organizações da economia mundial. As burguesias de hoje por vezes imitam os grandes proprietários rurais do século XIX. Apegam-se ao subterfúgio do desenvolvimentismo como aqueles apelam para o liberalismo: para disfarçar uma posição heteronômica e secundária. O desenvolvimentismo encobre, assim, sua submissão a influências externas, que se supõem incontornáveis e imbatíveis. A mesma coisa acontece com o nacionalismo exacerbado. Quando ele reponta, no seio dessas burguesias, quase sempre oculta algo pior que o fracasso histórico e a frustração econômica: envolve uma busca de esteios para deter a torrente histórica e preservar o próprio capitalismo dependente, e segundo valores provincianos²⁴.

3. Considerações Finais

Florestan Fernandes, ao analisar a sociedade brasileira percebe que no período do capitalismo monopolista caracterizar-se-á a fase da industrialização pesada no país, que fez com que alguns autores acreditassem que agora o Brasil estaria caminhando para uma economia desenvolvida e autônoma. Contudo, Fernandes percebeu que, na verdade, estava-se acirrando cada vez mais o processo de dependência externa e que o avanço do setor moderno não eliminava as estruturas arcaicas que caracterizam o subdesenvolvimento.

²⁴ “Sob esses aspectos, a transição da era do imperialismo econômico para a era do capitalismo monopolista expõe as burguesias das sociedades capitalistas dependentes a uma paradoxal inversão de perspectivas históricas. Elas se veem na iminência de serem batidas e ultrapassadas pelos efeitos inexoráveis da internacionalização dos mercados capitalistas, correndo o risco de se converterem nas primeiras vítimas da identificação com o capitalismo dependente. Ao conterem a revolução burguesa ao nível dos interesses econômicos e das conveniências políticas de sua própria classe, forjaram a presente situação de impotência na qual se acham. A internacionalização das economias capitalistas dependentes é muito mais simples e muito mais fácil [...]” (FERNANDES, 1972, p. 87-88).

A forma de sociabilidade organizada no país dificulta a solidariedade de classe, compromete a percepção dos problemas e a solução de maneira mais acentuada e abrangente, além disso, a classe dominante, pela sua forma de atuação, possui uma outra característica que é o “egoísmo de classe”, fazendo o que for necessário para manter sua posição privilegiada, utilizando-se inclusive de uma grande violência diante das demais, situação que dificulta a organização da classe operária por meio de movimentos sociais para promover conquistas nessa sociedade. Para Sampaio Jr. (1999, p. 148),

As burguesias dependentes desenvolvem uma extrema intolerância em relação à utilização do conflito como instrumento legítimo de luta política pelas classes populares. Elas são obrigadas a sufocar qualquer iniciativa de transformação social contra ou dentro da ordem que ameace o controle absoluto das classes dominantes. Daí o aparecimento de um padrão de luta de classes que impede a mudança social construtiva, aprisionando a história no *circuito fechado* do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, as burguesias brasileiras, apesar de impotentes e subservientes perante as burguesias dos países desenvolvidos, internamente elas são muito fortes e utilizam-se do monopólio da violência para defender seus interesses a qualquer custo.

O que unifica as burguesias brasileiras é a superexploração do trabalho e a aliança com o capital internacional, mantendo-se a dependência externa e a segregação social. Nesse sentido, o Brasil tem um baixo teor democrático e pouca participação da população nos destinos do país, situação que também dificulta a organização dos movimentos sociais. Essas burguesias são antissocial, antidemocrática e antinacional. É o senhor de escravo que renasce na figura do burguês moderno, com características patrimonialistas, cujo objetivo é o lucro a qualquer custo.

4. Referências

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Celso Furtado, 2009.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I.

NETTO, José Paulo. A recuperação marxista da categoria de revolução. In: D'INCAO, Maria Angela. **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2006.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. **Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)**. São Paulo: Alameda, 2023.